

Dívida em títulos: BC estuda solução

A equipe econômica do governo prepara uma solução para a dívida em títulos (mobiliária) dos Estados, que hoje soma cerca de R\$ 50 bilhões. Essa é, segundo os técnicos, a última grande pendência antes da reorganização total das finanças públicas após a estabilização econômica. O Tesouro Nacional poderá até absorver essas dívidas, refinanciando-as em prazo mais longo e com taxas de juros mais baixas. Uma hipótese seria uma rolagem em 30 anos, com pagamento de juros de 6% mais a variação cambial.

O problema é que os governadores resistem a assumir alguma solução, porque atualmente muitos Estados simplesmente não estão pagando essa dívida. Desde 1994, o Senado tem permitido que eles "rolem" sua dívida integralmente. A área econômica quer justamente evitar que o problema continue sendo empurrado com a barriga.

"Não queremos dar um alívio para a dívida dos Estados, nem perdoar nada", disse o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola. "Queremos que essas dívidas sejam quitadas, ou com a venda de ativos

ou por meio de um refinanciamento possível de ser pago."

Para incentivar os Estados a assumirem o pagamento, o governo chegou a pensar em atrelar o equacionamento dessas dívidas ao socorro aos bancos estaduais. Loyola informou que as duas questões serão tratadas separadamente. "Os estudos sobre a dívida mobiliária estão mais incipientes do que os dos bancos."

Os Estados, no entanto, poderão ser pressionados de outra forma, segundo informou um técnico do Ministério da Fazenda. "O Banco Mundial não quer mais emprestar dinheiro

aos Estados que não tiverem solucionado o problema da dívida mobiliária", disse. Os Estados também poderão ter dificuldades em obter empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os prazos de pagamento e as taxas de juros a

serem cobrados dos Estados quando o Tesouro Nacional assumir a dívida ainda serão definidos. Quanto mais curto for o prazo do empréstimo, menores serão as taxas.

O Estado mais endividado em títulos, segundo dados levantados pelo Banco Central em maio, é São Paulo, com R\$ 17 bilhões. Em seguida, vêm Minas Gerais, com R\$ 7 bilhões, Rio Grande do Sul, com R\$ 6 bilhões, Rio de Janeiro, com R\$ 5 bilhões e o município de São Paulo, com R\$ 4,5 bilhões.

Dida Sampaio/AE - 8/6/95



Gustavo Loyola